

AS FOGUEIRAS CONTEMPORÂNEAS E AS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

Giovanna G Benedetto Flores*
Nádia Régia Maffi Neckel**

Resumo: Pensar as imagens em discurso é tomá-las como práticas de resistência na história, produto de projeções sensíveis inscritas na arte e marcadas pelo social. Esse gesto analítico toma dois momentos da contemporaneidade política do nosso país tendo como horizonte a metáfora da fogueira inquisitória. Como textualidades desses momentos temos: as fotos de nossa presidenta Dilma Rousseff e o programa Roda Viva da TV Cultura, quando da entrevista da então candidata presidencial Manuela D’Avila. Recorremos para tanto à abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso, principalmente a partir de formulações de Pêcheux (1997) a respeito das práticas técnicas e de gestão social, e também à uma escuta teórica, tomando o pensamento de Butler, a respeito da noção de vida precária (2009) e as provocações que traz em seu livro “Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia” (2018).

Palavras-chave: Resistência; Mulher; Violência

Abstract: To think of images in discourse is to take them as practices of resistance in history, the product of sensitive projections inscribed in art and, for that very reason, politics. This analytical gesture takes two moments of the political contemporaneity of the country having as horizon the metaphor of the Inquisition fire. As textualities of these moments we have: the photos of our president Dilma Rousseff and the program Roda Viva of TV Cultura, during the interview of the presidential candidate Manuela D'Avila. We used both the theoretical and methodological approach of Discourse Analysis, mainly from the formulations of Pêcheux (1997) on technical and social management practices, and a theoretical listening, taking Butler's thinking about the concept of precarious life (2009), and the provocations she brings in her book

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem e do Curso de Jornalismo da Unisul – Campus Pedra Branca, Palhoça/SC, Brasil. Possui graduação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1984/1985); Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2005). Doutorado em Linguística – IEL – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Pós-doutoramento em História do Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa, Portugal (2018). Atualmente participa de grupos de pesquisas institucionais e interinstitucionais no campo do ensino do jornalismo e análise do discurso.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem e do Curso de Cinema da Unisul – Campus Pedra Branca, Palhoça/SC, Brasil. Possui graduação em Educação Artística Licenciatura Plena em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1998); Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina- Unisul - (2004). Doutorado em Linguística - IEL - Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Atualmente participa de grupos de pesquisas institucionais e interinstitucionais no campo do ensino da arte, estética e análise do discurso

"Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia" (2018).

Key Words: Resistance, Woman, Violence.

1. Gestos iniciais

*“Não será a tristeza do deserto presente
que nos roube as perspectivas dum
futuro melhor.”*

Antonieta de Barros, (1932)

Nesses tempos sombrios que assistimos *online* a ao vivo “filmes de terror” sempre em *replay* de/e sobre a violência contra a mulher, espaços de reflexão teórica e política são cada mais e mais necessários a fim de alimentarmos forças para práticas assertivas que vislumbrem a manutenção, a todo custo, do estado democrático de direito.

Enquanto leitoras de materialidades contemporâneas da arte, da cultura e da mídia nos colocamos no curso da compreensão e de seus funcionamentos, inscritas em uma filiação teórica de resistência que se tece no percurso dos sujeitos e dos sentidos em suas errâncias. Errância tomada aqui tanto em seu significado de movimento, quanto de experimentos, erros, acertos, retomadas históricas dos sentidos, compreendendo que o exercício teórico é necessariamente um exercício político, um exercício de formulação.

Sempre é importante lembrar que Michel Pêcheux, em sua AD 69, pensou o território da Análise do Discurso enquanto um estudo linguístico das condições de produção de enunciados (vinculado, num primeiro momento, aos discursos políticos). A “falha” em sua “análise automática” desloca o território inicial da AD para as questões do sujeito e sentidos determinados pelo histórico, pelo ideológico e pelo social. Ou seja, é o político da/na linguagem. Tal postura ultrapassa a posição de entender a linguagem apenas em sua forma (estrutura), mas compreendê-la no movimento, no confronto, na contradição, na falha, em seu curso. Estrutura e acontecimento.

Para Pêcheux (1997), o acontecimento discursivo é o encontro de uma memória com uma atualidade. Pensamos aí a ordem discursiva, a ruptura, o estranhamento, a contradição, a falha. Nas palavras de Orlandi, discurso é unidade e dispersão. “As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores” (2007, p.21). E, quando falamos em efeito de sentidos entre interlocutores alargamos essa concepção para diferentes materialidades e/ou materialidades em imbricação¹ como é o caso da mídia e das produções artísticas

Dizendo de outro modo, o interesse dos analistas de discurso está nas marcas do político da/na linguagem. Importante ressaltar aqui, é que essa relação intrincada (político-política) se tece na contradição constitutiva, o que nos leva a supor que aquilo que seria próprio do político da linguagem é, muitas vezes apagado pela política na linguagem. Os sentidos de política que a mídia produz em sua equivocidade apagam o sentido do político como prática social. O que queremos marcar aqui é justamente esse movimento de equivocidade, que os sentidos de um debate de ideias e propostas deslizam para uma situação de acusação e julgamento, no qual pesa a história e produz-se a violência de gênero.

Trazemos para esta análise, dois momentos recentes na história do Brasil: o primeiro já analisado por nós em outra ocasião – a foto de capa do jornal *O Estado de São Paulo*, de 2016. E o segundo, trata-se do programa Roda Viva da TV Cultura, quando da entrevista da então candidata presidencial Manuela D’Ávila em 2018. Nossa escolha por tais textualidades justifica-se pela materialização da presença das mulheres no cenário político brasileiro na contramão de um movimento de opressão histórica que tende sempre colocar a mulher como “incapaz” de posições de liderança social. Estas textualidades estabelecem funcionamentos discursivos parafrásticos de

¹ Ressaltamos o conceito de materialidade discursiva a partir da Análise de Discurso de linha francesa pêchetiana, a saber PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas. Ed. UNICAMP, 2001^a, p. 61-161.

retomadas históricas que visam diminuir, desacreditar e até mesmo demonizar a mulher. Trata-se de marcar justamente a violência de gênero.

Como primeira textualidade trazemos a capa do jornal “O Estado de S. Paulo”. O jornal apresenta desconexamente a imagem da presidenta Dilma Rousseff² sob uma chama. O que temos aqui é uma memória que produz o sentido de um corpo na fogueira. Porém, não qualquer corpo, um corpo de mulher. Um corpo de mulher que historicamente associa-se a imagem das bruxas, das histéricas e da loucura...

Figura 1: O Estado de São Paulo, 06 de maio de 2016



Essa imagem circulou quando da denúncia contra o ex-presidente Lula, feita pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, na Operação Lava Jato e o pedido de investigação à presidenta Dilma Rousseff, no ano do golpe parlamentar no

² Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2641>

Brasil. A manchete do *Estadão* noticia a denúncia de Janot, porém a foto marca o acendimento da tocha olímpica no Planalto, produzindo um efeito de queima à Presidenta. Em nossa análise anterior perguntávamos se os sentidos produzidos a partir dessa chamada na reportagem eram de Notícia ou informação³? Porém nossa questão agora é outra, embora corra na esteira dessa mesma violência simbólica alimentada pelas condições de produção dessa capa. Variações sobre o mesmo tema: queima às bruxas, queima as mulheres, queimas de arquivo, sendo o alvo dessas queimas principalmente mulheres da/na política. É nessa compreensão que apresentamos a segunda textualidade: - a imagem do programa Roda Viva e a charge:

Figura 2: Programa Roda Viva, de 25/06/2018
26/06/2018⁴



Figura 3: Charge de Ferrugem Cartuneiro, de



A charge recupera algo da história e atualiza sentidos amalgamando feminismo e comunismo, debate e julgamento, no qual a posição-sujeito mulher permanece, tal como numa linha do tempo da história, como ré, prestes a receber sua sentença. O enunciado estampado na camiseta de Manuela “Lute como uma mulher” desliza, na charge para:

³ FLORES, G.B. O político no discurso jornalístico: sentidos de notícia e informação. In: SCHERER, A. et al (orgs) *Linguística de nosso tempo: teorias e práticas*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2018.

⁴ Respectivamente disponíveis em:

<https://jornalggn.com.br/noticia/avante-manuela-d%E2%80%99avila-por-orlando-silva>

<https://atalmineira.com/2018/06/26/manuela-e-o-machismo-vergonhoso-dos-inquisidores-do-roda-viva/>

“Lute como uma Manuela”. Atualiza para nós que as lutas permanecem de classe, de cor e de gênero.

Angela Davis em seu texto “Quando uma mulher é uma rocha: reflexões sobre a autobiografia de Winne Mandela” abre sua reflexão com um poema:

*Eles sempre colocam as mãos
primeiro nas mulheres
fazem isso para ganhar a vida
fazem para provar seu ponto de vista
arrancando o coração
sempre fica um buraco
grande o suficiente para as balas se infiltrarem
eles batem
nas mulheres gentis e bravias
primeiro
e quando eles fazem isso
eles não sabem
que estão tocando rocha⁵*

Mulheres-rocha precisam ser desacreditadas, condenadas e, muitas vezes, assassinadas. As balas e a violência generalizada, se infiltram nos buracos que a misoginia e o racismo fazem. As personagens desenhadas pelo cartunista são pontuais: personagens que remetem a memória de membros da Ku Kux Klan. Como nos lembra muito bem Angela Davis “Algumas pessoas talvez hesitem em acreditar que um governo é capaz de atacar, com brutalidade sistemática, as crianças de um povo oprimido” (2017, p. 95). O caso do menino Marcos Vinícius⁶ imperdoavelmente, nos mostra que sim! As crianças, as mulheres, os negros, os pobres, os homossexuais estão na linha de frente da

⁵ Publicado original Vogue, dez. 1985. In: Davis 2017, p.89

⁶ Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/mae-de-aluno-morto-diz-dormir-com-frase-eles-nao-viram-o-uniforme-27062018>.

violência estatal. Uma violência movida pelo ódio de classes. Um ódio propagado pelas mídias e redes sociais. Essas imagens são fruto disso.

É nesse sentido que nossas questões frente às textualidades que nos propomos analisar são atravessadas pela noção de resistência. Nessa esteira tomamos diferentes posições teóricas a respeito do conceito de resistência. Num primeiro movimento não há como pensar resistência alheia ao processo de dominação, como nos ensina Foucault, que não há resistência sem dominação, e não há dominação sem resistência. Caso formos por um caminho pêchetiano, podemos pensar a resistência em uma relação de constitutividade e contradição, que o autor entende como sendo as práticas técnicas que determinam e são determinadas pelas práticas de gestão social, o que define os sujeitos em suas posições. Nesse sentido chegamos a leitura de Butler. A autora nos aponta que

La exclusión de las críticas va a establecer efectivamente los límites de lo público, y lo público va a entenderse como el lugar donde no se disse lo que se piensa, críticamente, frente a la violencia obvia e ilegítima – excepto, por supuesto, que colectivamente se tenga el coraje de intervenir. (BUTLER, 2009, p. 161)⁷.

Assim, parafraseando Michel Pêcheux: é preciso suportar o que venha ser pensado frente às intervenções arbitrárias que nosso país vem sofrendo desde 2013 nas quais se reproduzem inúmeras cenas de violência física, simbólica e psicológica contra as mulheres brasileiras.

Nossas questões, nesse texto, vão ao encontro de uma reverberação do processo histórico que remonta a Idade Média. Tal efeito aparece em inúmeros enunciados em redes sociais, tais como: “de volta a idade das trevas”; ou, “tempos sombrios”; ou ainda, “túnel do tempo para idade das trevas”, etc.

De fato, é impossível fechar os olhos para os retrocessos no que diz respeito às conquistas de direitos trabalhistas e a inclusão das minorias nas instâncias decisórias.

⁷ A exclusão da crítica estabelecerá efetivamente os limites do público, e o público será entendido como o lugar onde as pessoas não dizem o que pensam, criticamente, diante da violência óbvia e ilegítima - exceto, é claro, que coletivamente tenha a coragem de intervir. (Tradução nossa)

Retomadas históricas e visadas discursivas

Segundo a historiadora Silvia Federici (2017, p.18) “... as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar”.

Michel Pêcheux, em seu anexo III, nos lembra que

Há, talvez, no estudo histórico das práticas repressivas ideológicas um fio interessante a seguir, para que se comece, enfim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica e política de classes, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teoricidade um saber exterior, o único capaz de romper o círculo encantado da ideologia dominante. (PÊCHEUX, 1997, p. 303)

Os acontecimentos históricos aqui rememorados de queima e condenação de mulheres só fazem ressoar a onda de constante violência a qual as mulheres são submetidas, condenadas e assassinadas.

Sejam essas condenações físicas como na história, ou, parlamentares e midiáticas como em nosso tempo, o que temos é o engendramento de forças e interesses de dominação, as negociações entre os “iguais” de um poder hegemônico, predominantemente masculino e de cor branca que se costura sorratamente em gabinetes parlamentares, travestidos de “leis” ou de grandes corporações estrangeiras. É preciso considerar, no entanto, que as violências físicas não cessam, todos os dias somos submetidos a notícias de morte e violência contra vulneráveis e nesse contingente temos: as mulheres, os negros, as crianças, comunidades de minorias religiosas, comunidades LGBTQIA+. Um modo de performatizar que determina os lugares e os modos de fala.

Judith Butler em sua obra *Corpos em aliança e a polícia das ruas* traz uma reflexão sobre performatividade de gênero que nos ajuda a compreender o movimento de exclusão que falamos acima. Segundo a autora, a "performatividade caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência" (BUTLER, 2018, p.35). Ou seja, ao enunciar algo, ao nomear algo, faz com que aquilo "tome forma", passe a existir. Compreendemos que ao expor a presidenta Dilma Rousseff e então pré-candidata Manuela D'Avila aos seus inquisidores produzem sentidos de que elas não podem estar nesse lugar de luta, que representam o mal, porque estão "quebrando as normas" do patriarcado.

No caso do gênero, as inscrições e interpelações primárias vem com as expectativas e fantasias dos outros que nos afetam, em um primeiro momento, de maneiras incontroláveis: trata-se da imposição psicossocial e da inculcação lenta das normas. (...) Essas normas não estão simplesmente impressas em nós, marcando-nos e estigmatizando-nos como tantos outros destinatários passivos de uma máquina de cultura. Elas também nos "produzem", mas não no sentido de nos trazer à existência ou determinar estritamente quem somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las. (BUTLER, 2018, p.36-37)

Corroborando, Bordieu, em sua obra *A dominação masculina*, afirma que as questões de dominação masculina fazem parte da história da humanidade e que "são produto de um trabalho incessante (e como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais homens, com suas armas como a violência física e violência simbólica) e instituições, família, Igreja, Escola, Estado" (BORDIEU, 2002, p.23).

Podemos pensar na relação parafrástica da "entrevista" com a presidente do PCdoB, Manuela D'Avila, no programa Roda Viva de junho, com o "tribunal de inquisição" militar e parlamentar que enfrentou a presidenta Dilma Rousseff. Tribunais esses que condenaram a então guerrilheira a prisão durante o golpe militar de 1964 e a presidenta eleita ao impeachment em 2016.

Figura 4: Programa Roda Viva, 25/06/2018 Figura 5: Julgamento de Dilma Rousseff Figura 6: Sessão de Impeachment, 2016⁸



Que o *impeachment* de Dilma Rousseff fora, de fato, “um pacto dos donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão” tal como nos aponta Jessé Souza (2017) em seu livro *A elite do atraso* não nos restam dúvidas, pois passado dois anos desse acontecimento no Brasil, o golpe se consolida a cada manipulação midiática que culmina em um processo eleitoral pautado em *Fake News* e na banalização da violência. Trata-se afirmativamente de uma prevalência de uma ordem burguesa. É preciso e necessário que falemos sobre a divisão social do trabalho. E nessa relação as mulheres e os negros foram, e são ainda, relegados à “cidadãos de segunda classe”. Vivemos em uma sociedade engendrada pelas normatizações hegemônicas, misóginas, racistas e homofóbicas.

É nesse sentido que entendemos que a relação parafrástica não está apenas nas imagens, mas na memória discursiva do fato histórico. Há uma regularidade nessas imagens que marcam a inquisição de mulheres que se destacam na vida pública brasileira. Se nos dois períodos Dilma foi julgada e condenada por dois tribunais (militar e parlamentar), o programa Roda Viva serviu de tribunal midiático para jogar na “fogueira” a então pré-candidata Manuela D'Avila. Dito de outro modo, as três imagens

⁸ Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/01/09/como-dilma-vai-entrar-para-a-historia-com-uma-foto>.

acima produzem uma atualização na memória sobre os dois golpes (de 1964 e 2016) no Brasil, produzindo processo de identificação entre os três momentos. Concordamos com Indursky (2011) que o discurso se faz na/pela repetição e que é nesse movimento que a imagem de Dilma Rousseff e de Manuela D'Avila, diante de seus tribunais, produzem sentidos. A imagem das duas sendo interrogadas funciona como memória discursiva, em que o sujeito, ao repetir, o faz afetado pelo esquecimento, acreditando que está na origem do dizer, como se outros sentidos não fossem possíveis. Esse efeito é corroborado pela imagem das duas frente aos seus inquisidores, que permitem, a todo o momento, a ressignificação da mulher queimada na fogueira e da ditadura militar e jurídica-parlamentar no Brasil. Para Indursky (2011):

[...] se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão construir uma memória social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos e regularizados [...] Repetir, para a AD, não significa necessariamente repetir palavra por palavra algum dizer, embora frequentemente este tipo de repetição também ocorra. Mas a repetição também pode levar a um deslizamento, a uma ressignificação, a uma quebra do regime de regularização dos sentidos. (INDURSKY, 2011, p. 71).

Tratamos aqui de um modo de ressignificação das práticas de gestão social que sobredeterminam os papéis e os espaços da mulher na vida pública. A luta das mulheres foram ressignificadas ao longo da história. Porém, o que trazemos aqui é esse movimento da memória mostrando que a violência não cessou. Ela se transforma, mas, continua vitimando mulheres, física, moral e simbolicamente.

Fogueiras contemporâneas

O tom das perguntas colocadas em debate era, sem sombra de dúvidas, um tom inquisidor. Como, por exemplo: “o que você pensa de Stalin?”, “a senhora é a favor da castração química?”, “por lhe chamar de bonita, Lula foi machista?” etc. O nível de

radicalidade exacerbado e ofensivo marca-se pelo número de interrupções (perto de 65) em suas respostas. Um tom assumidamente persecutório.

Se, na Idade Média, os tribunais de inquisição pautavam-se sobre a necessidade de um conhecimento profundo da bíblia, caso contrário ficaria comprovado a “adoração ao diabo”, no programa em questão, se dizer comunista ou feminista foi tomado como sinônimo de apoiar estados totalitaristas, ser necessariamente contras os homens. O que imperou foi um conhecimento raso tanto da história quanto do político.

Recuperando um período sombrio da história ocidental, trazemos novamente a historiadora Silvia Federici, quando nos aponta a construção de uma ‘política sexual’ na Veneza do século XIV as maiores vítimas foram as mulheres proletárias

tão arrogantemente sacrificadas por senhores e servos, o preço a pagar foi incalculável. Uma vez estupradas, não era fácil recuperar seu lugar na sociedade. Com a reputação destruída, tinham que abandonar a cidade ou se dedicar a prostituição. Porém não eram as únicas que sofriam. A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e uma seita de adoradores do demônio completamente feminina. (FEDERICI, 2017, p.104)

As falas radicais de ódio às mulheres veem engendradas nessa esteira histórica. Vivemos contemporaneamente um ódio às minorias. É muito importante refletir sobre esse capítulo sombrio da história e compreender o perigo e a gravidade dos acontecimentos atuais. Tivemos o “tribunal de inquisição” de Dilma e Manuela funcionando como fogueiras contemporâneas. E, entre um e outro, o assassinato de Marielle Franco. Esses tribunais parlamentares e midiáticos estão diretamente ligados a onda de violência e feminicídio da qual estamos sendo vítimas. Esses acontecimentos, tal como na Idade Média, vão insensibilizando a sociedade.

Michel Pêcheux nos ensina que

Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui no efeito de repetição e reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. (PÊCHEUX, 1999, p. 51)

Nesse ponto é que a imagem metafórica da fogueira retorna na contemporaneidade. Essas imagens marcam uma relação de memória que presentifica certas versões de verdades históricas e políticas. Por isso mesmo a necessidade dos “inquisidores” em desacreditar, histericizar, demonizar e culpabilizar essas mulheres por seus pensamentos e lutas políticas. Dilma foi chamada de louca e de bruxa, Manuela de ignorante e parcial, Marielle assassinada.

Considerações: lutamos como mulheres

Voltando ao “debate/julgamento” de Manuela, os “inquisidores” colocavam em dúvida sua posição, faziam longas falas, interrompiam, criminalizavam o comunismo assim como o feminismo. O crime é ser mulher, o crime é ser de esquerda. E, para esses crimes não se precisa provas, a condenação é certa, resta a fogueira ou a morte. Importante lembrar que entre os debatedores/inquisidores estavam, além do chefe de campanha de um candidato de extrema direita concorrente direto na disputa eleitoral, uma jornalista do mesmo jornal que trazia a presidenta Dilma na “fogueira” como imagem de capa em 2016. As mídias então funcionam dessa forma como dispositivos reprodutivos do poder hegemônico. Foucault nos ensina que

[...] trata-se no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto o

dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 1996, p. 244-245).

Já dissemos em outra ocasião e infelizmente podemos continuar afirmando que os corpos femininos continuam sendo silenciados nas instâncias políticas e continuamente agredidos física e simbolicamente por meio de práticas e discursos misóginos, o que coloca a nós mulheres na linha de frente da “*precariedade da vida*”. (BUTLER, 2009). Segundo a autora, somos a todo momento expostos à precariedade da vida ao passo que nossas formas de existência não sejam pertinentes aos padrões normativos de uma sociedade branca, hegemônica, patriarcal e heteronormativa. Nesse contexto, certos modos de vida não chegariam sequer a ser considerados humanos, a vida precária é uma forma de vida desqualificada, não vivida nem perdida, passível de ser matável, exposta à violência em toas as suas formas, moral, física, religiosa, ética, etc.

A relação da resistência com a precariedade da vida na esteira do pensamento foucaultiano que, segundo o autor, há sempre uma dose de sacrifícios nos gestos de resistência. Sendo assim resistência e dominação constituem-se nos dois lados da mesma moeda. Em termos discursivos, se retomarmos o enunciado “lute como uma Manuela”, que, por sua vez deriva de “lute como uma menina”, ou “lute como uma mulher”, temos, no outro extremo da cadeia significativa “lute como um homem” recuperando o espírito espartano da guerra. Guerras são produtos diretos dos regimes de dominação. Nesses termos os gestos de resistência são de uma emergência permanente. Se, por um lado, a história mostra inúmeros acontecimentos que subjagam as mulheres voltemos à ela - a história - para também recolher exemplos de luta, resistência e conquista das mulheres. E, já que mencionamos Esparta é bom também recuperar que naquela sociedade as mulheres administravam terras, treinavam para a guerra, aprendiam a ler, escrever e também música e dança. Podiam inclusive divorciar-se. As mulheres de Esparta eram diferentes das mulheres de Atenas.

Seja em Atenas, Esparta, na Europa da Idade Média, no Século XIX o que aprendemos é que de fato há um efeito de circularidade na história. O que aprendemos

nos bancos escolares a respeito da inquisição e do processo de transição do sistema feudal para o sistema capitalista são conteúdos lacunares de uma versão histórica completamente opaca. Já lembramos, em outra ocasião⁹ o exemplo da Rainha Cristina da Suécia, tomada como um símbolo feministas, uma das figuras políticas mais importantes do século XVII, entre 1648 e 1654. Seu governo desenha bem essa arena de luta que a mulher trava frente aos sistemas políticos da sociedade patriarcal. Cristina assumiu o trono aos 18 anos, promoveu tratados de paz, pôs fim a Guerra dos 30 anos, fortaleceu o território sueco, distribuiu bolsas de estudos, ampliou bibliotecas, acervos de arte, estimulou a ciência e viabilizou a vinda de grandes pensadores e cientistas para o seu reino, entre ele Descartes (seu principal interlocutor). Por negar-se a contrair matrimônio abdicou de seu trono.

Esta história não é só de outros países, mas sim uma história que se refletiu no Brasil e na América Latina, na figura de muitas mulheres que não se sujeitaram a hierarquia patriarcal e, no entanto, foram a sustentação para inúmeros processos definitivos em seus países. Mesmo assim teve de abdicar de seu trono por conta de perseguições políticas e da dominância do poder patriarcal. Seja na Suécia do século XVIII, seja no Brasil do século XXI as mulheres na política amedrontam, desestabilizam a “ordem” de um “mundo normalizado”. É justamente essa força de resistência que explica esses tribunais de inquisição e essas fogueiras contemporâneas. É a partir dessa metáfora que ainda podemos/devemos lutar como mulheres.

Para esses efeitos circulares da história temos a luta.

Para morte? Temos o luto!

Como mulheres, mesmo no luto, precisamos continuar... lutando para que as lutas não sejam vãs.

⁹ Notícia ou informação? Efeitos de neutralidade e silenciamento no Discurso Jornalístico. Giovanna Benedetto Flores (Unisul). In: VIII SEAD 2017 – UFPE <http://anaisdosead.com.br/sead8.html>

Referências

BORDIEU, P. *A dominação masculina*. 2ª Ed., Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2002

BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão da Trad. Marina Vargas e Carla Rodrigues 3ª edição Rio de Janeiro. Ed Civilização brasileira, 2017.

_____. *Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia* 1ª ed. Buenos Aires ed. Paidós, 2009.

_____. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. *Corpos em aliança e a política das ruas - Notas para uma teoria performativa da assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, SP: Elefante Editora, 2017

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

INDURSKY, F. *A memória na cena do discurso*. In INDURSKY, F; MITTMANN, S; FERREIRA, M.C.L. Memória e história na/da análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2011

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 5ª Ed., Campinas, SP: editora da Unicamp, 2002

PÊCHEUX, M, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, [1988] 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. *O papel da memória*. In: ACHARD, P. et al. (Org.) Papel da memória. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

Sites acessados:

O ESTADO DE SÃO PAULO, Acesso em 2017. Disponível em:

<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2017/05/a-caca-as-bruxas-xv-xviii.html>.

<https://jornalggn.com.br/noticia/avante-manuela-d%E2%80%99avila-por-orlando-silva> . Acessado em agosto de 2018.

<https://atalmineira.com/2018/06/26/manuela-e-o-machismo-vergonhoso-dos-inquisidores-do-roda-viva/> Acessado em agosto de 2018.

<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/mae-de-aluno-morto-diz-dormir-com-frase-eles-nao-viram-o-uniforme-27062018> . Acessado em agosto de 2018.

<https://jornalggn.com.br/noticia/um-ano-apos-impeachment-dilma-e-inocentada-no-caso-pasadena> . Acessado em agosto de 2018.

<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/01/09/como-dilma-vai-entrar-para-a-historia-com-uma-foto>. Acessado em agosto de 2018.